

SENADOR

EDIÇÃO 03 | FEVEREIRO | 2022

ZEQUINHA MARINHO

RECONHECIMENTO

LIDERANÇAS FALAM
SOBRE ATUAÇÃO
DO SENADOR EM
DEFESA DO PARÁ

SAFRA 2021/2022

SENADO DEBATE FALTA DE
INSUMOS AGROPECUÁRIOS

ENERGIA

NOVA LEI DA TARIFA
SOCIAL BENEFICIARÁ 24
MILHÕES DE BRASILEIROS



EDITORIAL

O ano de 2021 não foi fácil. Seguimos com a luta para combater o coronavírus, dando suporte às famílias brasileiras que foram impactadas diretamente e indiretamente pela pandemia. Começamos 2022 atentos e vigilantes para que tão logo possamos exterminar esse vírus e devolver a normalidade ao cotidiano brasileiro.

Trabalhamos ao longo do ano que passou para sedimentar e preparar o caminho do crescimento econômico e do desenvolvimento social do país. Exemplo disso foi a conquista de novas agências da Caixa no Pará. Principal agente pagador dos benefícios sociais do governo federal, a presença mais ativa do banco vem para aproximar as políticas públicas da população local. E isso já está acontecendo no Pará. De acordo com a Pnad Contínua do IBGE, a proporção dos municípios paraenses com famílias que recebem benefícios de programas sociais cresceu significativamente, saindo de 0,4% para 33,7%, na passagem de 2019 para 2020.

Paralelamente a esse nosso trabalho em garantir que as políticas públicas se aproximem cada vez mais do cidadão pa-

raense, continuaremos firmes no compromisso de redução do Custo Brasil, sobretudo para a população mais vulnerável. Em 2021, pude relatar projeto transformado na Lei Nº 14.203, de 10 de setembro de 2021, que torna obrigatória a atualização do cadastro dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). O benefício garante descontos de 10% a 65% na conta de energia, algo bastante substancial e que atenderá mais de 24 milhões de famílias brasileiras.

Como disse, 2021 foi um ano para arrumar a casa e preparar o país para receber novos investimentos. O saldo foi positivo quando voltamos o olhar para o Fundo de Investimentos nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), o Marco Legal das Ferrovias, o 'BR do Mar', o projeto de modernização dos portos e os leilões de rodovias e aeroportos. O Brasil se livra das travas ao investimento como forma de se tornar mais atrativo aos novos negócios. Vejo esse ano de 2022 como um momento de virada, de transformação, com o ganho de competitividade, a redução do Custo Brasil e o reaquecimento da economia brasileira.



**SENADOR
ZEQUINHA MARINHO**

SENADOR ZEQUINHA MARINHO

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação do Gabinete do Senador Zequinha Marinho (PL-PA), impressa pela Gráfica do Senado Federal, em consonância com o Ato nº 06/2002 da Comissão Diretora que dispõe sobre impressões gráficas. De acordo com este Ato, a Secretaria de Editoração e Publicações editora e imprime os trabalhos de autoria dos senadores referente às matérias de natureza constitucional ou legal, assuntos históricos ou culturais de interesse legislativo, separatas de projetos de lei, leis, discursos, requerimentos de informações e síntese de atividades parlamentares.

CHEFE DE GABINETE

Alexandre Bodani

TEXTOS

Martha Regnier

Yuri Age

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Áurea Gomes

Guel Fegali

Marcelo Barbosa

Martha Régnier

Michel Jorge

Yuri Age

DIAGRAMAÇÃO

Calazans Souza

ARTE E INFOGRÁFICOS

Ronaldo Magno

Gabinete Senador Zequinha Marinho

Senado Federal - Anexo II. Ala Teotônio Vilela - Gab. 18

Brasília - Distrito Federal. CEP 70.165-900

Escritório Regional Senador Zequinha Marinho

Avenida Rômulo Maiorana, 700. Ed. Vitta Office, Salas 1104 e 1105

Marco - Belém-PA. CEP 66.040-036

@zequinhamarinhooficial

@ZequinhaMarinho

/zequinhamarinhooficial

www.zequinhamarinho.com.br

/zequinhamarinhosenador

/t.me/zequinhamarinhooficial

(61) 99881-0020

SUMÁRIO

Ilustração Magno / Freepik



08

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA

Projeto relatado pelo senador Zequinha Marinho é transformado em lei e beneficiará mais de 24 milhões de brasileiros com desconto na tarifa de energia de até 65%.

18

TITULA BRASIL

Ao lado do presidente Bolsonaro, senador Zequinha Marinho participa da cerimônia de entrega de títulos de terras no Pará.



Marcelo Barbosa

36

RENDA BÁSICA VIRA DIREITO SOCIAL

Senado Federal aprova PEC que inclui no rol dos direitos sociais a renda mínima para todo brasileiro.

40

MARAJÓ É DESTAQUE EM DUBAI

Abrace o Marajó e potencial paraense são apresentados em feira internacional de Dubai.

Marcielly Roquete / GabineteZequinha



13

TROFÉU BOM PARLAMENTAR

Senador Zequinha é escolhido pelo Ranking dos Políticos como um dos melhores parlamentares do Congresso Nacional.



22

DEFESA DO PARÁ

Lideranças do Pará e do Brasil falam sobre a atuação do senador Zequinha em defesa do Pará e dos mais de 8,7 milhões de paraenses.

28

MARCO DO SANEAMENTO

Realizado em Castanhal, evento reuniu prefeituras da região nordeste para orientar sobre a nova lei do saneamento e incentivar investimentos no Pará.

Bruno Cecim / Agência Pará



Ilustração Magno / Freepik

26

FERROVIAS

Congresso aprova projeto que estimula investimentos no setor.



Marcos Brandão / Senado Federal



MESA DIRETORA DO SENADO

O Pará passa a ser representado na Mesa Diretora do Senado Federal. O senador Zequinha Marinho foi escolhido pelos seus pares para fazer parte do colegiado no biênio 2021-2023. De acordo com o Regimento Interno do Senado, os suplentes de secretários – cargo ocupado por Zequinha – podem atuar na supervisão das atividades administrativas da Casa, além de uma série de atribuições regimentais. A Mesa do Senado é composta por um presidente, dois vices e quatro secretários.

Marcelo Barbosa / ComunicaçãoZequinha



RESGUARDADO O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA

Como forma de assegurar o direito à liberdade religiosa, previsto no art. 5º da Constituição Federal, o senador Zequinha Marinho apresentou projeto (PL 1.552/2021) que considera essenciais as atividades religiosas coletivas presenciais realizadas em igrejas, templos, santuários, comunidades missionárias e centros religiosos de qualquer culto, resguardando o seu funcionamento durante a pandemia de Covid-19. No começo do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que estados e municípios poderiam impor restrições a atividades religiosas presenciais, como cultos e missas. Ao apresentar o projeto, o senador Zequinha deixa expresso que a vedação integral da celebração religiosa coletiva passa a ser incompatível com a lei, isto é, não poderá ser proibida por ninguém.

INCLUSÃO NO PROGRAMA CALHA-NORTE

Criado na década de 80 para mudar o cenário da população amazônica, contribuindo com a promoção do desenvolvimento local e com o aumento da presença do poder público na Amazônia, o Programa Calha Norte (PCN) tem sido um importante braço do governo federal na região. Defensor do desenvolvimento da região amazônica, o senador Zequinha Marinho tem trabalhado pela inclusão de mais municípios paraenses no programa federal. Além dos atuais 27 municípios que já são atendidos pelo PCN, o senador indica a inclusão de outros 25 localizados nas regiões da Transamazônica, oeste, sudoeste e sudeste do Pará.

MAIS RECURSOS PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto (PL 2.920/2019) que destina recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para municípios investirem na gestão de resíduos sólidos. Relatado *ad hoc* pelo senador Zequinha Marinho, o projeto busca sanar a falta de recursos para o cumprimento das obrigações ambientais dos municípios, especialmente ao que se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Criado em 1989, o FNMA é o mais antigo fundo ambiental da América Latina. Cerca de 1.500 projetos socioambientais foram apoiados pelo Fundo, representando um investimento de R\$ 275 milhões.

NOVAS AGÊNCIAS DA CAIXA NO PARÁ

A pedido do senador Zequinha Marinho, a Caixa anunciou a abertura de novas agências no Pará. As 30 novas agências distribuídas pelos municípios paraenses fazem parte do plano de expansão da rede, que prevê a abertura de 130 novas unidades em todo o Brasil, sendo 79 para atendimento ao público e 51 especializadas em agronegócio. No Pará, serão abertas agências especializadas em agronegócio nos municípios de Paragominas e Redenção.



- Acará
- Alenquer
- Ananindeua
- Anapu
- Augusto Corrêa
- Baião
- Barcarena
- Bragança
- Curuçá
- Goianésia do Pará
- Igarapé-Açu
- Itupiranga
- Monte Alegre
- Muaná
- Novo Progresso
- Óbidos
- Pacajá
- Paragominas (2 unid.)
- Portel
- Porto de Moz
- Redenção
- Rurópolis
- Santana do Araguaia
- São Félix do Xingu
- Soure
- Tucumã
- Ulianópolis
- Vigia
- Viséu

Marcelo Barbosa



100 ANOS DA COMIEADEPA

Com o tema “Um Só Espírito. Uma Só Fé”, a Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Pará (COMIEADEPA) promoveu a programação comemorativa aos seus 100 anos de fundação. Membro da instituição, o senador Zequinha Marinho foi um dos convidados de honra das festividades de celebração, que levou ao Centro de Eventos Pr. Francisco Alves Ribeiro, em Ananindeua (PA), diversas autoridades civis, militares e eclesiais, de várias partes do país. O presidente Jair Bolsonaro também fez questão de prestigiar o evento, acompanhado de sua comitiva, assim como o Pr. Wellington Júnior, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). Para o senador, a COMIEADEPA representa um marco na história das Assembleias de Deus, pela importância da sua contribuição para o estado enquanto entidade religiosa e assistencial.

ACESSIBILIDADE PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL

Uma emenda do senador Zequinha Marinho ao projeto (PL 1.550/2019) vai trazer mais conforto e acessibilidade aos portadores de deficiência visual. Em defesa da inclusão das pessoas com deficiência visual e pela autonomia desses cidadãos brasileiros, o senador apresentou emenda à proposição para inserção de QR Codes com audiodescrição nos cardápios. O relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) destacou que a emenda traz mais uma ferramenta para inclusão social. De acordo com o IBGE, 29 milhões de pessoas declararam possuir alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes corretivas.

#ENERGIA

RELATADO PELO SENADOR ZEQUINHA MARINHO, PROJETO VIRA LEI E BENEFICIARÁ MAIS DE 24 MILHÕES DE FAMÍLIAS BRASILEIRAS

O número de beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) deve dobrar neste ano, passando de 12 milhões de famílias atendidas para 24 milhões. A informação é da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao analisar os efeitos da nova lei que torna obrigatória a atualização do Cadastro dos Beneficiários da TSEE. A lei Nº 14.203, de 10 de setembro de 2021, foi originada do projeto (PL 1.106/2020), de autoria do deputado André Ferreira (PSC-PE) e relatado pelo senador Zequinha Marinho.

O benefício da TSEE garante descontos de 10% a 65% na conta de energia elétrica. No Pará, a Equatorial Energia estima que o benefício pode atingir 348 mil famílias. A nova lei, que passou a valer no último mês de janeiro, estabelece

que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica compatibilizem e atualizem a relação de potenciais beneficiários e os inscreva automaticamente como beneficiários da TSEE.

Relator do projeto no Senado, Zequinha Marinho explica que a medida não cria novos subsídios ou despesas ao governo. “O programa da TSEE já existe, a questão é que apesar de muitas famílias terem direito ao benefício, isso não estava acontecendo por conta da burocracia criada. Com a inscrição automática, garantimos que todos aqueles que têm direito,

passarão a usufruir do desconto”, comenta o senador.

No primeiro quadrimestre de 2021, mais de 20 mil famílias no Pará tiveram problemas em seu cadastramento por conta da burocracia que até então fazia parte do processo para acessar o benefício. De acordo com a Aneel, desse total, cerca de 70% ficou sem receber o desconto da TSEE por falta de atualização do Número de Identificação Social (NIS) e outros 20% por problemas referentes ao comprovante de renda.

Para o autor do projeto, além de reduzir o custo da energia elétrica, a iniciativa traz renda para as famílias mais carentes do Brasil. Ele explica que a ideia surgiu em sua cidade natal, em Jaboatão dos Guararapes (PE). “Fico muito orgulhoso que esse projeto nasceu lá na minha cidade, em Jaboatão dos Guararapes. Quando o prefeito Anderson Ferreira assumiu a prefeitura, ele entendeu que das 100 mil pessoas que estavam no CadÚnico, apenas 40% recebiam o benefício. Quando ele foi procurar saber ele viu que as pessoas estavam fora pela burocracia da lei e também pela falta de informação”.

Ilustração Magno / Freepik



DESCONTO PARA POPULAÇÃO TRADICIONAL

Além de beneficiar as famílias de baixa renda, a TSEE atende também a população tradicional com descontos que vão de 10% a 100%. Tem direito a aderir ao programa as famílias inscritas no CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo; idosos com 65 anos ou mais ou pessoas com deficiência, que recebam o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC; e as famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal de até três salários mínimos, que tenham portador de doença ou deficiência (física, motora, auditiva, visual, intelectual e múltipla) cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

PARCELA DE CONSUMO MENSAL DE ENERGIA ELÉTRICA	DESCONTO	TARIFA PARA APLICAÇÃO DA REDUÇÃO
DE 0 A 30 KWH	65%	B1 SUBCLASSE RENDA
DE 31 KWH A 100 KWH	40%	
DE 101 KWH A 220 KWH	10%	
QUILOMBOLA E INDÍGENA		
PARCELA DE CONSUMO MENSAL DE ENERGIA ELÉTRICA	DESCONTO	TARIFA PARA APLICAÇÃO DA REDUÇÃO
DE 0 A 50 KWH	100%	B1 SUBCLASSE RENDA
DE 51 KWH A 100 KWH	40%	
DE 101 KWH A 220 KWH	10%	

Freepik



INSTALADA FRENTE EM DEFESA DOS MOTOTAXISTAS E MOTOFRETISTAS

DE AUTORIA DO SENADOR ZEQUINHA, GRUPO REUNIRÁ CÂMARA E SENADO

Autor do PRS 40/2019, o senador Zequinha Marinho aprovou a proposição no Senado Federal e conseguiu instalar a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas. Presidido pelo senador, o colegiado tem como finalidades principais: acompanhar políticas e ações voltadas à categoria e reunir os

senadores e deputados federais que têm preocupação especial com o tema. Além disso, a Frente é responsável pela promoção de debates, seminários e eventos, acompanhando a tramitação de matérias no Congresso Nacional que tratem do assunto e na defesa de pautas de interesse da categoria.

Na justificativa do projeto, o senador Zequinha Marinho reforça que “a regulamentação da profissão do motociclista no Brasil, ocorrida em julho de 2009, fez surgir um novo contexto, no qual profissionais atuam em condições diversas e singulares em relação a outras profissões”, explica o autor da Frente Parlamentar, que reforça a necessidade de contribuir na defesa e na representatividade dessas categorias profissionais. “Juntamente com essa demanda crescente no mercado de trabalho, observamos um aumento das questões e dificuldades variadas do setor. Precisamos avançar

com propostas que fortaleçam e deem mais dignidade a esses trabalhadores”.

O relator do projeto que criou a Frente Parlamentar, senador Weverton (PDT-MA), pontuou a iniciativa do senador Zequinha Marinho como meritória e oportuna. Ele lembrou que o crescimento vertiginoso e descontrolado da categoria de mototaxistas e motofretistas tem provocado “estatísticas tristes”. Ele atribui à falta de cursos profissionalizantes o aumento de acidentes que “vêm ferindo e matando seus condutores e pedestres de modo preocupante”.

No entendimento dos senadores, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas poderá oferecer a esses profissionais, e, paralelamente, aos usuários de seus serviços, soluções e instrumentos capazes de diminuir os riscos dessa atividade e, ao mesmo tempo, aumentará a qualidade do trabalho que eles prestam à população.

Cristino Martins / Agência Pará

DIA NACIONAL DO MOTOCICLISTA PROFISSIONAL

Além de criar a frente em defesa dos trabalhadores brasileiros, o senador Zequinha Marinho é autor do projeto (PL 1.572/2021) que institui o Dia Nacional do Motociclista Profissional. Pelo projeto, todo dia 29 de julho será lembrado em homenagem a esses trabalhadores. A data foi escolhida já que, neste mesmo dia, no ano de 2009, foi regulamentado o exercício das atividades profissionais em transporte com uso de motocicletas ou motonetas.

Para o senador Zequinha, “homenagear esses profissionais, em uma data que já detém tanta relevância para a ca-

Waldemir Barreto / Agência Senado



tegoria, permite refletir sobre a realidade do trabalho que prestam – principalmente em momento tão delicado como este de pandemia, no qual nossa vida sem eles ficaria muito mais difícil”, conclui.

De acordo com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas,

Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), existem no Brasil mais de 31 milhões de pessoas habilitadas com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de categoria A. São cerca de 45% do total de habilitações emitidas no país.

AQUICULTURA EM TUCURUÍ

ARTICULAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL VAI GARANTIR A ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO

Marcelo Barbosa / ComunicaçãoZequinha



Com o objetivo em dar andamento ao Núcleo de Desenvolvimento da Aquicultura (NDA), do polo de Tucuruí do Instituto Federal do Pará (IFPA), o senador Zequinha Marinho se reuniu com representantes do setor local e defendeu a necessidade de fomentar um programa que viabilize a pesca no lago de Tucuruí, fortalecendo assim a economia da região.

Em apoio ao NDA, o senador disse que irá buscar o governo federal para garantir o apoio financeiro de R\$ 4,6 milhões, valor inicial para a instalação dessa estrutura, que tem por objetivo atender a demanda por pesquisa científica na Região do Lago de Tucuruí.

O NDA apoiará a capacitação e desenvolvimento de novas tecnologias de

cultivo. Além de sala de aula, o projeto prevê construção de laboratório de reprodução de peixes, laboratórios de análise de água, galpão de ração e tanques para alevinagem, abastecimento e decantação.

Para o senador Zequinha Marinho, o Decreto N° 10.576/2020 irá permitir uma nova dinâmica social e econômica na região do Lago. Assinado pelo presidente Bolsonaro, o dispositivo prevê a cessão de uso de espaços físico em corpos d'água de domínio da União para a prática da aquicultura. "Há quase 40 anos, a população local via um potencial gigantesco ser ignorado sem poder servir como indutor do desenvolvimento da região. Felizmente, o governo publi-

cou esse decreto que facilita tudo isso. Estamos vendo uma turma preparada, empreendedora e que tem visão da economia regional. Tenho certeza que, no momento em que estruturarmos o projeto aqui no polo do IFPA, essa realidade irá mudar", comentou.

O professor do IFPA, Midson Cardoso, explica que o instituto já acumula expertise suficiente para estruturar o NDA. Ele ressalta que o papel do senador Zequinha será fundamental para fazer a interlocução com o governo federal. "O senador se colocou à disposição para essa aproximação que vai permitir que o IFPA receba o recurso necessário para a estruturação do Núcleo de Desenvolvimento da Aquicultura", conclui.

G

SENADOR ZEQUINHA MARINHO ENTRE OS MELHORES DO CONGRESSO NACIONAL

Em reconhecimento à atuação parlamentar de deputados federais e senadores, o Ranking dos Políticos premiou com o "Troféu Bom Parlamentar" todos aqueles parlamentares que se destacaram ao longo de 2021. O senador Zequinha Marinho foi um dos agraciados com o prêmio entregue no final do ano passado aos melhores parlamentares do Brasil.

O senador Zequinha Marinho destaca que o "reconhecimento do trabalho, da atuação parlamentar em prol da população do nosso Pará, nos motiva a continuarmos essa luta pelos cidadãos paraenses. Recebo este prêmio com humildade e alegria, entendendo que esta seja uma sinalização de que estamos no caminho certo".

Promovido pelo Ranking dos Políticos, a premiação leva em consideração os seguintes critérios para a escolha dos parlamentares: combate aos privilégios, desperdício e corrupção no poder público.

O Ranking dos Políticos se trata de uma entidade do terceiro setor, sem financiamento público, que de forma transparente e apartidária, classifica senadores e deputados do melhor para pior. O objetivo é oferecer informação para ajudar de forma clara as pessoas a votarem melhor.



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO RANKING DOS POLÍTICOS



ANTIPRIVILÉGIO

O posicionamento dos parlamentares nas principais votações do Congresso é avaliado de acordo com a orientação do Conselho do Ranking.



ANTIDESPÉRDÍCIO

Políticos que não faltam ao trabalho e que economizam na Cota Parlamentar e Verba de Gabinete ganham pontos no ranking.



ANTICORRUPÇÃO

Os parlamentares condenados em crimes, principalmente contra a administração pública, ou que respondem a inquéritos do STF, perdem pontos no Ranking dos Políticos.



Marcelo Barbosa / ComunicaçãoZequinha

INSTALADOS OS POLOS DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO PARÁ

Marcelo Barbosa / ComunicaçãoZequinha



Após a implantação nos municípios de Abaetetuba e Tucuruí, foi a vez de Santarém receber o polo do Centro de Desenvolvimento Regional do Pará (CDR-Pará). A chegada dessa instituição ao estado paraense se deu por iniciativa e empenho do senador Zequinha Marinho, após sucessivos encontros e discussões com gestores e técnicos de diversas entidades e instituições ligadas a essa temática, dentre elas a Universidade Federal do Pará (Ufpa), Universidade do Estado do Pará (Uepa), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (Ifpa), Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), e a BIOTEC Amazônia, administradora do projeto.

A exemplo dos já existentes na Paraíba, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, o projeto CDR no Pará é realizado em parceria com as instituições de ensino superior, nas quais são analisados os projetos e feitos levantamentos sobre os tipos de apoio, pesquisa e suporte que elas podem oferecer. Posteriormente, são realizados estudos da potencialidade dos setores produtivos da região, possibilitando a aproximação da academia com o setor privado na promoção do desenvolvimento regional.

COM O CDR-PARÁ, COMEÇAMOS A TRAÇAR NOVOS RUMOS COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS, PARA O ENFRENTAMENTO E BUSCA DE SOLUÇÕES.

Senador Zequinha Marinho

Declarando-se imensamente grato, o senador Zequinha acredita no avanço da construção de um novo ciclo de desenvolvimento no Pará. “Com o CDR-Pará, começamos a traçar novos rumos com a participação de todos, para o enfrentamento e busca de soluções dos inúmeros problemas que têm que ser superados, como os de infraestrutura e, sobretudo, a questão econômica das regiões do nosso estado”, enfatizou.

Michele Moura, professora da Ufo-

pa, elogiou o esforço do senador. “Fiz questão de estar presente nessa iniciativa do senador Zequinha Marinho e me sinto muito contente pela criação do CDR aqui em Santarém. Iniciativas como esta são muito importantes para alavancar a economia de nossa região, porque vão impulsionar as atividades que carecem dessas melhorias. Estamos muito entusiasmados com as perspectivas que virão com este projeto”, declarou.

Para a pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental e supervisora do Núcleo de Transferência e Tecnologia, Pietra Martorano, é muito importante participar de um evento dessa natureza. “Vivenciar momentos como este, quando as instituições de ensino, pesquisa e extensão precisam estar junto com a sociedade para realmente desenvolver a função delas, que é dar resposta do dinheiro investido em pesquisa, em conhecimento nas nossas instituições, é extremamente gratificante. Sem conhecimento não se faz nada, então é fundamental que a gente pense no empreendedorismo levado pelo conhecimento gerado nas nossas instituições. Excelente este evento! Parabéns ao senador Zequinha Marinho, que está buscando fomentar a nossa região com iniciativas sérias como o CDR”, considerou.

APROVADO O PISO SALARIAL DE PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM

Foi aprovado por unanimidade no Senado Federal, o PL 2.564/2020 que institui o piso salarial nacional para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, além de parteiras da rede pública e privada. No país, cerca de 2,5 milhões de profissionais atuam nessa área e recebem uma remuneração média de R\$ 1,4 mil. Pelo texto aprovado, o salário desses profissionais passa a ser de R\$ 4.750. O projeto aguarda votação na Câmara dos Deputados.

Líder da bancada do Pará no Congresso Nacional, o senador Zequinha Marinho destacou a relevância da matéria que “faz justiça com esses profissionais que muitas vezes correm risco, que se doam para salvar vidas. É muito importante essa valorização que hoje fazemos aos profissionais da enfermagem”, enfatizou o parlamentar.

Marcelo Barbosa / ComunicaçãoZequinha



Marcelo Barbosa / ComunicaçãoZequinha



Desde o início deste ano, o senador vinha defendendo que o projeto entrasse na pauta do Senado para ser votado, de forma a atender ao pleito histórico dos profissionais da enfermagem.

O senador destacou a atuação dos profissionais de enfermagem no combate à Covid-19 e citou o caso da enfermeira Rebeqa Fonseca e do motorista de ambulância Wadson Diniz, servidores públicos da cidade paraense de Rurópolis. Em fevereiro deste ano, devido um engarrafamento na BR-230, os dois profissionais – para salvar a vida de um paciente em estado grave com Covid-19 – empurraram a pé, por cerca de dois quilômetros, o doente na maca até chegar ao Hospital Regional da Transamazônica.

“Lá no meu estado do Pará essa turma trabalha muito. Com compromisso e seriedade, assim como no restante do Brasil. Nossas congratulações pela persistência, pela luta, pela mobilização, pelo contato permanente com cada parlamentar desta casa. Essa é uma importante vitória dos profissionais da enfermagem. Hoje, é dado o pontapé inicial para a regulamentação de condições de trabalho mais dignas e que fazem um verdadeiro resgate à essa atividade profissional, tão importante para a área da saúde”, concluiu o senador.



APOIO À PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO PARÁ

Em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o senador Zequinha Marinho promoveu eventos regionais com prefeitos do Pará para viabilizar a assinatura do Termo de Adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir). Essa ferramenta representa um avanço nas ações de enfrentamento das desigualdades raciais existentes no país.

Criado em 2010, por meio da Lei nº 12.288 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, o Sinapir não conseguiu ainda uma alta adesão junto às prefeituras. No Pará, apenas os municípios de Ananindeua e Tomé-Açu fazem parte do sistema. No final do ano passado, foi a vez do Governo do Pará aderir ao sistema. “É muito importante que nossas prefeituras façam a adesão ao Sinapir. Os entes federados que aderirem ao sistema terão acesso prioritário a recursos federais nos chamamentos públicos a serem realizados pela Secretaria de Políticas de Promoção Racial da Presidência da República (SEPP/PR), o que possibilitará o apoio federal à execução de políticas de promoção da igualdade racial”, explica o senador Zequinha Marinho.

O Sinapir possibilitará a integração de informações dos seus participantes: orçamentos, políticas, planos, ações e projetos para a Promoção da Igualdade Racial, proporcionando o debate, a pactuação, o aperfeiçoamento e a elaboração de estratégias conjuntas para a gestão de políticas públicas voltadas para essa temática.

Dentre seus objetivos, o Sinapir visa promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante a adoção de ações afirmativas; formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra; descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais; articular planos, ações e mecanismos para promoção da igualdade étnica; e garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas.

PRESIDENTE BOLSONARO E SENADOR ZEQUINHA MARINHO ENTREGAM MAIS DE 50 MIL TÍTULOS DE TERRAS NO PARÁ

Guilherme Marimon / MAPA



Mais de 50 mil documentos de titularidade de terra, entre definitivos e provisórios, foram entregues a famílias assentadas e ocupantes de áreas públicas federais no Pará. O presidente Jair Bolsonaro, ministros de Estado e o líder da bancada do Pará no Congresso Nacional, senador Zequinha Marinho, acompanharam o ato simbólico que faz parte do programa Titula Brasil e revoluciona a realidade do campo ao promover segurança jurídica, permitindo ao proprietário da terra acesso às políticas públicas e empréstimos para ampliar a produção rural.

Em sua fala durante a entrega de tí-

tulos, o presidente Bolsonaro explicou que regularização permitirá o melhor uso de suas potencialidades naturais do país, contribuindo para o avanço socioeconômico da população brasileira. “Somos um povo privilegiado. Que tem uma Amazônia, recursos minerais em abundância como aqui no estado do Pará, que tem terras agricultáveis, que serve para nossa sobrevivência, bem como para alimentar mais de 1 bilhão de pessoas no mundo. Porém, o homem só pode produzir se tiver segurança naquilo que trabalha e esses títulos, hoje, representam isso”, festejou o presidente.

O Titula Brasil, lançado no começo de 2021, pretende agilizar o processo de regularização fundiária, firmando parcerias com as prefeituras municipais por meio de acordos de cooperação técnica. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) revelam que 40% de todos os processos de regularização fundiária do país se concentram no estado do Pará. Desses processos, 88% são de pequenas propriedades.

Defensor da regularização fundiária como forma de distensionar o conflito no campo, o senador Zequinha Marinho, que é vice-presidente da Frente Parla-

João Lima / Incra



40%
DE TODOS OS PROCESSOS DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SE
CONCENTRAM NO ESTADO DO PARÁ.

88%
DESSOS PROCESSOS SÃO DE
PEQUENAS PROPRIEDADES.

mentar Agropecuária (FPA), enfatizou a importância do ato e comemorou a entrega dos títulos. “Dar a terra, mas não titular é deixar os produtores rurais sem saber o que vai acontecer amanhã. Com o título, o produtor terá segurança e poderá colaborar ainda mais com esse setor que, além da geração de empregos e renda, contribui com 50%, de forma direta e indireta, do PIB brasileiro”.

Até o primeiro semestre de 2021, 69 municípios no Pará já haviam aderido ao programa Titula Brasil. No país, 941 assinaram o termo de cooperação para colaborar com as ações de regularização fundiá-

ria. Segundo o presidente do Incra, Geraldo Melo Filho, a parceria “vai permitir que as prefeituras entrem nas áreas de regularização fundiária e dentro dos assentamentos, ajudando na complementação de processos de regularização”, comentou.

De acordo com o presidente do Incra, o Pará deverá ser um dos maiores beneficiados pelas ações de titulação de terras. “Temos 1.033 assentamentos federais de reforma agrária. São 244 mil famílias assentadas, ocupando uma área de 13 milhões de hectares, isso representa um Pernambuco e meio em assentamento no Pará”, explicou Geraldo.

PARA EVITAR FUGA DE CAPITAL, SENADO DEVE AUTORIZAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Tramita no Senado Federal o Projeto de Resolução (PRS 34/2021) que estabelece autorização prévia para as operações de crédito externo para o financiamento de governos estrangeiros ou de projetos de infraestrutura em que a União for credora.

De autoria do senador Zequinha Marinho, a proposição estabelece consulta prévia do Senado, que ficaria responsável em autorizar a aprovação dos empréstimos. A medida é uma forma de evitar a fuga de recursos financeiros, que poderiam ser utilizados em benefício da população brasileira.

“Somente o financiamento de exportação de serviços de infraestrutura contou com o crédito de US\$ 9,7 bilhões entre 2003 e 2015. Como se sabe, o Brasil possui notáveis carências em infraestrutura. Não seria o caso de utilizar nossos recursos para construir infraestrutura no próprio Brasil, em vez de construir no exterior”, questiona o senador Zequinha.

Informações apresentadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre operações de financiamento à exportação de serviços apontam que do total de desembolso, 89% foram liberados para obras desenvolvidas em seis países. Para a Angola foram US\$ 3,273 bilhões; a Argentina tomou US\$ 2,006 bilhões em crédito; para a Venezuela, o banco financiou obras no valor de US\$ 1,507 bilhão. Seguem a lista dos maiores tomadores de crédito a República Dominicana (US\$ 1,215 bilhão), Equador (US\$ 685 milhões) e Cuba (US\$ 656 milhões).

De acordo com Zequinha, além de evitar a fuga de recursos, o projeto se justifica ainda ao considerar as condi-

Geraldo Magela / Agência Senado



LISTA DE PAÍSES ESTRANGEIROS QUE MAIS ACESSARAM CRÉDITO DO BNDES

1º	Angola	US\$	3,273 bilhões
2º	Argentina	US\$	2,006 bilhões
3º	Venezuela	US\$	1,507 bilhão
4º	República Dominicana	US\$	1,215 bilhão
5º	Equador	US\$	685 milhões
6º	Cuba	US\$	656 milhões

Fonte: BNDES/2019

ções de empréstimo, em que o custo de captação acaba sendo mais alto do que o custo cobrado ao devedor. Em decorrência da Resolução nº 44, aprovada pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex), em 2003, Argentina, Equador, Venezuela e República Dominicana tiveram seu custo de financiamento diminuído. “Não é objetivo deste projeto criar obstáculos ao financiamento das exportações. Mas em países como o Brasil, com elevada carência de investimentos, é importante que o apoio a exportações conte com o aval do Senado”, ressalta o senador.

Para o autor do projeto, o Poder Legislativo precisa fazer parte das decisões que perpassam a política externa por meio de operações de crédito. “Faz parte do sistema de pesos e contrapesos de uma democracia fortalecer as instâncias decisórias e, nos termos da Constituição, o Senado Federal é o órgão competente para avaliar essas operações de crédito”, defende Zequinha.

MUNICÍPIOS DO PARÁ AMPLIAM VAGAS PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

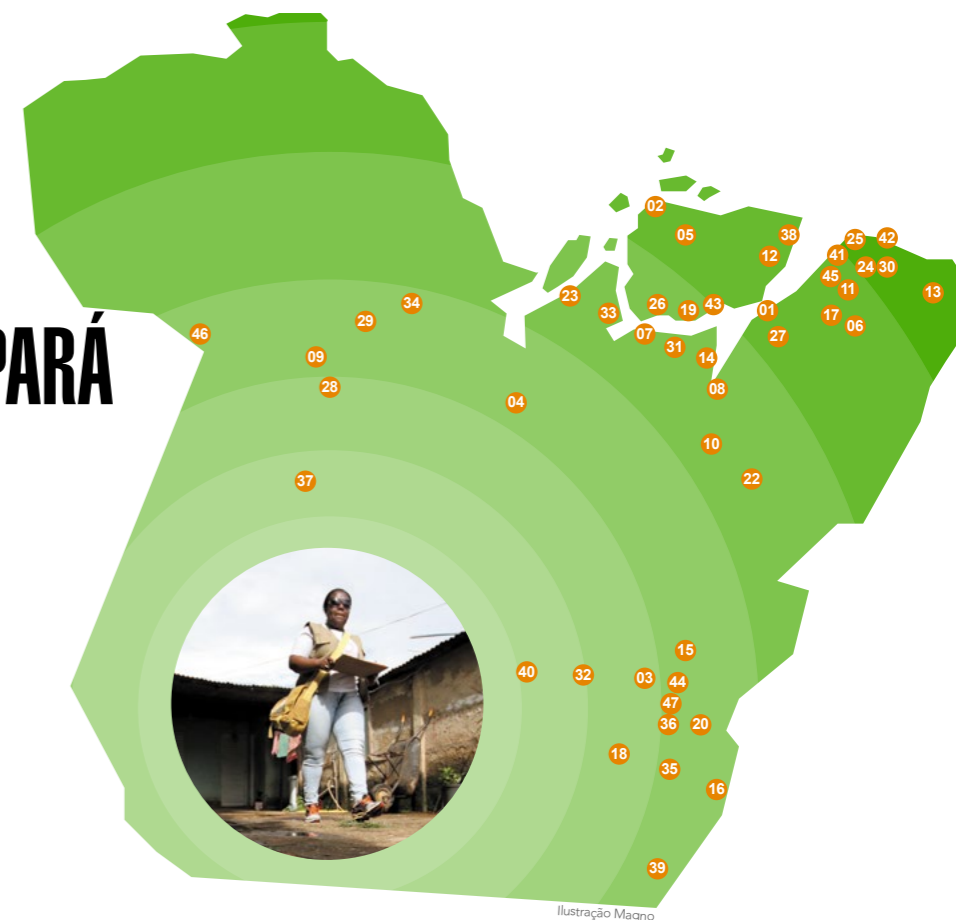


Ilustração Magno

O senador Zequinha Marinho, que já há algum tempo vinha defendendo junto ao governo federal mais recursos financeiros para a saúde do Pará, conseguiu o credenciamento de 47 municípios do estado para o custeio referente aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Ao todo, são mais 5.679 vagas disponíveis para contribuir com a atenção básica à saúde nas cidades paraenses.

“Tenho trabalhado junto ao Ministério da Saúde no sentido de buscar mais recursos para o atendimento à saúde dos paraenses. Não é possível que um estado do tamanho do Pará e com demandas locais específicas seja um dos últimos na lista dos estados quando o assunto é transferência para a Média e Alta Complexidade (MAC)”, ressalta o senador que avalia como positivo o indicativo por parte do Ministério da Saúde para avançar com o trabalho dos agentes comunitários de saúde.

A portaria com o credenciamento dos municípios paraenses que receberam a complementação no número de vagas para ACS foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). Na portaria, o Ministério da Saúde comunica que a transferência dos incentivos financeiros federais de custeio referentes aos ACS ocorrerá com periodicidade da transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

O senador Zequinha Marinho lembra que os ACS são profissionais muito importantes no tratamento da saúde nas cidades paraenses. “São eles que acompanham as famílias. Por meio das visitas domiciliares, identificam os primeiros sinais de debilidade à saúde e orientam, se for o caso, o tratamento no posto de saúde ou outra unidade hospitalar. Através dos ACS, faz-se um trabalho preventivo muito importante para a nossa população”, defendeu Zequinha.

MUNICÍPIOS QUE RECEBERAM A COMPLEMENTAÇÃO PARA OS ACS

01	Abaetetuba	25	Magalhães Barata
02	Afuá	26	Melgaço
03	Água Azul do Norte	27	Moju
04	Altamira	28	Mojuí dos Campos
05	Anajás	29	Monte Alegre
06	Aurora do Pará	30	Nova Timboteua
07	Bagre	31	Oeiras do Pará
08	Baião	32	Ourilândia do Norte
09	Belterra	33	Portel
10	Breu Branco	34	Prainha
11	Bujaru	35	Redenção
12	Cachoeira do Arari	36	Rio Maria
13	Cachoeira do Piriá	37	Rurópolis
14	Cametá	38	Salvaterra
15	Canaã dos Carajás	39	Santana do Araguaia
16	Conceição do Araguaia	40	São Félix do Xingu
17	Concórdia do Pará	41	São João da Ponta
18	Cumarú do Norte	42	São João de Pirabas
19	Currupati	43	São Sebastião da Boa Vista
20	Floresta do Araguaia	44	Sapucaia
21	Garrafão do Norte	45	Terra Alta
22	Goianésia do Pará	46	Terra Santa
23	Gurupá	47	Xinguara
24	Igarapé-Açu		

EM DEFESA DO PARÁ

Há pouco mais de três anos representando os paraenses no Senado Federal, o trabalho do senador Zequinha Marinho em defesa do seu estado é reconhecido e qualificado por várias autoridades e entidades representativas que, assim como o parlamentar, lutam por um Pará melhor.

Líder da bancada do Pará no Congresso Nacional, o senador Zequinha tem se dedicado em fazer com que as políticas públicas cheguem até o cidadão paraense, beneficiando-o e melhorando as condições de vida nos 144 municípios paraenses. Neste ano, reunimos declarações de algumas lideranças sobre a atuação do senador em favor dos mais de 8,7 milhões de paraenses.



Valdecir Tose

Presidente do Banco da Amazônia

Em maio de 2021, o Executivo editou a Medida Provisória nº 1052, que traria impactos negativos na [Política de aplicação do FNO](#). No entanto, com apoio de alguns parlamentares foi possível reverter o relatório, com alterações significativas ao longo de sua tramitação. Contamos com forte apoio do senador Zequinha que, como servidor de carreira da instituição, é um grande defensor do BASA.



José Conrado

Presidente do Sistema FIEPA

O senador Zequinha Marinho já é parceiro do Sistema Indústria há bastante tempo. Ele sempre tem atendido a nossas demandas e recentemente, como temos nos preocupado muito com a [Reforma Tributária, pedimos para ele vir fazer uma visita na Federação](#). O senador se dispôs como sempre, com muita vontade de escutar nossos pleitos. Estamos esperançosos que essa PEC seja aprovada com o esforço dele e de outros senadores.



Sebastião Campos

Presidente do Sistema Fecomércio

Como representante do setor de Comércio, Serviços e Turismo do Pará, posso afirmar o quanto temos recorrido ao [apoio do senador Zequinha](#), que sempre se empenha para atender aos pleitos do setor que venham ao encontro da promoção do desenvolvimento econômico e social do Pará. Tem sido um senador atuante e que entende que o nosso setor é imprescindível para o estado.



Alex Carvalho

Presidente do Sinduscon-PA

Para o setor da construção paraense, a atuação do senador Zequinha é de [grande importância não só para os empresários do ramo](#), mas principalmente para milhares de pessoas da Região Norte que, através de suas ações, terão a possibilidade de iniciar o ano de 2022 com a chance de realizar o sonho da casa própria, através do uso do FGTS.



Prof. Hugo Diniz

Reitor da UFOPA

Desde de 2017, todos os equipamentos adquiridos pela Ufopa foram oriundos de emendas parlamentares. É importante destacar o papel do [senador Zequinha, líder da bancada paraense](#), possibilitando que emendas de bancada fossem destinadas para as Universidades Federais.



Nonato Alves

Presidente da Federação Nacional dos Mototaxistas e Motofretistas

A luta do senador por melhores condições de trabalho dos mototaxistas e motofretistas é muito importante e merece ser destacada. A categoria é grata por ele ter criado a [Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Mototaxistas e Motofretistas](#) e estar sempre empenhado nas discussões junto ao governo federal naquilo que se refere a valorização das nossas atividades.



ErnanDES Raiol

Presidente do Sistema OCB/PA

O cooperativismo também tem sido alcançado pelo mandato do senador Zequinha. Em todo o Pará, congregamos [mais de 200 mil pessoas](#) que estão diretamente vinculadas às cooperativas de diversos setores produtivos. O senador tem nos apoiado a estimular os empreendimentos coletivos na organização dos produtores que, juntos, conseguem melhores condições de trabalho.



Elias Ferreira da Silva

Secretário da Associação Pioneiros da Transamazônica

Estamos felizes pela atuação e conduta do senador Zequinha Marinho em seu trabalho para aprovar [o projeto que faz justiça para com os pioneiros da Transamazônica](#), trazidos pelo governo militar entre os anos de 1970 a 1974 para a região.



Lecy Garcia

Vice-presidente do Fórum Norte-Nordeste da Indústria da Construção (FNNIC)

Comprometido com as causas relevantes para o desenvolvimento do Pará e do país, nosso senador tem sido incansável, na busca de soluções adequadas para o [desenvolvimento de nossa terra](#) e de busca de uma condição mais justa e melhor para nossa gente.



Rubens Magno

Diretor-superintendente do Sebrae no Pará

Quero destacar o desempenho do [senador Zequinha na luta pelos pequenos negócios](#) por meio de projetos de lei e de decretos legislativos que visam a regulamentação de políticas públicas que beneficiam essa categoria tão importante para a economia do nosso estado. Sua postura é mais um reforço na luta pelo tratamento diferenciado que exige os pequenos no Brasil.



Deputado Cezinha da Madureira

Presidente da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)

O senador Zequinha Marinho é, além de exitoso parlamentar, um grande evangelista da Assembleia de Deus, [um homem honrado que tem compromisso com o desenvolvimento do país](#). Foi deputado federal por três mandatos, vice-governador e hoje um exemplo de Senador da República.



Cláudio Almeida

Representante do setor mineral

O senador Zequinha tem sido incansável na luta pelo desenvolvimento do nosso estado do Pará, em especial na defesa da [legalização das pequenas mineradoras e dos garimpos](#). Entendemos que tanto os mineradores e os garimpeiros são pessoas lutadoras que há décadas vêm trabalhando em prol da geração de emprego e renda em nosso estado. Só temos a agradecer pelo seu compromisso e sua atenção junto ao setor para garantir sua legalização.



José Seixas Lourenço

Diretor-presidente da BioTec-Amazônia

Temos uma parceria das mais produtivas e eficazes. O senador é hoje o grande articulador e [apoiador da BioTec-Amazônia na implantação](#) da Rede Paraense de Centros de Desenvolvimento Regional, o CDR do Pará, que vem criando e desenvolvendo polos de gestão da inovação científico-tecnológicas em todas as regiões do estado.



Francisco Medeiros

Presidente da Peixe-BR

A criação de um ambiente mais competitivo ao setor da piscicultura passa por mudanças de legislações importantes. O [senador Zequinha tem atuado junto ao setor com apresentação de projeto](#) que faz as alterações para o aperfeiçoamento da lei, bem com tratativas com o governo para criar mecanismos que proporcionem a desoneração do PIS/COFINS na ração da aquicultura.



Murilo Araújo

Vice-presidente do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNBF/PA)

O senador Zequinha travou imensa luta em defesa do reconhecimento sustentável do setor de base florestal. [Defendeu mais de 120 mil empregos](#), a preservação da floresta e sustento de seus habitantes por meio do plano de manejo. O setor florestal paraense e brasileiro reconhece a luta do parlamentar em defesa da sustentabilidade da floresta.



Damares Alves

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

O senador Zequinha Marinho tem sido um grande parceiro do Ministério, especialmente nas ações realizadas no Pará. Mas isso faz parte mesmo da história parlamentar do nosso querido senador, [sempre lutando pela saúde, educação, emprego e renda no estado](#). É nosso grande parceiro no Abraço o Marajó.



Afrânio Andrade

Delegado Sindical em Belém do Sindireceita

Em nome do Sindicato Nacional dos 15. O senador Zequinha tem sempre se mostrado disposto a nos ouvir e buscar os encaminhamentos necessários, comprometido [com a defesa de uma sociedade mais justa e igual](#). Posso destacar que em uma das ações mais recentes, o senador convidou nossa entidade para participar de audiência pública no Senado que discutiu a Reforma Tributária.



Sérgio Souza

Sérgio Souza, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

A FPA sempre foi mista, mas a atuação do Senado era, na maioria das vezes, tímida. Com a presença do senador Zequinha como líder da nossa FPA, nós otimizamos e passamos a ter uma interlocução muito maior. [E isso é fruto da credibilidade, do comprometimento do senador](#), que é o nosso amigo e com quem aprendemos, nos trazendo muita experiência para dentro da FPA. É um orgulho ter o senador Zequinha conosco na diretoria da FPA.



Marcondes Gadelha

Presidente nacional do PSC

A Parábola dos Talentos, uma das mais famosas passagens bíblicas, serve de metáfora perfeita para a vida de Zequinha Marinho. Afinal, se Deus e a vida lhe foram generosos, [Zequinha soube receber, multiplicar e devolver](#). Uma vida de intenso labor, que serviu para construir o seu comportamento e a sua imagem. Ambos, inabaláveis. Humilde e vindo do interior, Zequinha multiplicou os seus talentos e é, hoje, um homem público com a cara do Brasil.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

No ano seguinte ao lançamento do Sistema Deliberativo Remoto (SDR), uma ferramenta inaugurada pelo Senado Federal como forma de driblar as dificuldades impostas pela pandemia e permitir o desenvolvimento dos trabalhos legislativos, o senador Zequinha Marinho manteve sua produção legislativa, destacando-se mais uma vez como líder da bancada do Pará no Congresso Nacional. Além da apresentação de projetos e da relatoria de inúmeras proposições, o senador Zequinha trabalhou intensamente junto ao governo federal para buscar mais recursos em benefício da população paraense.

PRINCIPAIS PROJETOS DE AUTORIA DO SENADOR ZEQUINHA APRESENTADOS EM 2021

- ✓ **PL 3.368/2021 (Produção mineral)**
Altera a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, para prever a possibilidade de outorga de lavra garimpeira em área onerada por requerimento de autorização de pesquisa ou autorização de pesquisa.
- ✓ **PL 2.922/2021 (Segurança jurídica)**
Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, dispondo sobre o reconhecimento, a igualdade de ocupação, o uso e a gestão de terras indígenas.
- ✓ **PL 2.518/2021 (Trabalho)**
Regulamenta a profissão de oleiro ou ceramista, estabelecendo requisitos para o seu exercício.
- ✓ **PL 1.552/2021 (Liberdade religiosa)**
Resguarda o funcionamento das atividades religiosas coletivas presenciais realizadas em igrejas, templos, santuários, comunidades missionárias e centros religiosos de qualquer culto durante as medidas de combate à pandemia da Covid-19.
- ✓ **PL 9/2021 (Aquicultura e pesca)**
Dispensa o licenciamento ambiental aos empreendimentos aquícolas de pequeno e médio porte, assim classificados conforme condições que especifica.
- ✓ **PRS 34/2021 (Economia)**
Requer que as operações de crédito externo para o financiamento de governos estrangeiros ou de projetos de infraestrutura em que a União for credora sejam submetidas à autorização prévia do Senado Federal.
- ✓ **PEC 42/2021 (Proteção Social)***
Introduz a renda básica como direito social e altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para viabilizar a garantia de renda às famílias.
- ✓ **PEC 4/2021 (Saúde)***
Confere imunidade tributária para vacinas humanas e para os insumos necessários à sua produção quando referentes a doença objeto de estado de emergência em saúde pública de importância nacional.
**Senador Zequinha foi um dos signatários*

PRINCIPAIS PROJETOS RELATADOS PELO SENADOR EM 2021

- ✓ **PLS 281/2018 (Desenvolvimento Regional)**
Estabelece que o prazo para aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais no âmbito da SUDAM e da SUDENE é idêntico ao da Zona Franca de Manaus.
- ✓ **PLC 129/2018 (Trabalho)**
Regulamenta o exercício da profissão de cerimonialista e as atividades relacionadas com cerimonial.
- ✓ **PL 2.920/2019 (Meio Ambiente)**
Altera a Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente, para repassar aos Municípios e ao Distrito Federal 20% (vinte por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente.
- ✓ **PL 1.106/2020 (Energia)**
Prevê a inclusão automática na Tarifa Social de Energia Elétrica para os consumidores de baixa renda.
- ✓ **PL 1.143/2021 (Energia)**
Autoriza a União a criar e manter a Conta de Redução Social Temporária de Tarifa (CRSTT), a fim de promover redução de tarifas de energia elétrica pelo prazo de 5 anos, mediante a utilização de recursos oriundos de tributos recolhidos pelas distribuidoras de energia elétrica de forma indevida.
- ✓ **MP 1.029/2021 (Trabalho)**
Permite a terceirização de tripulantes em aeronaves operadas por órgãos públicos.

MARCO LEGAL DAS FERROVIAS

ABREM-SE OS TRILHOS PARA
O DESENVOLVIMENTO

Alberio Ruy / MINFRA



Deifim Marinho / Blog do Planalto



Após um longo e intenso debate sobre a modernização da Política Nacional de Transporte Ferroviário, o Congresso Nacional aprovou o Marco Legal das Ferrovias (PLS 261/2018). A proposição reduz a burocracia do setor e o torna mais atrativo a novos investimentos. Por meio de convênio, o governo federal poderá delegar a estados, Distrito federal e municípios a exploração dos serviços segundo as novas regras. O texto permite ainda a outorga de ferrovias em regiões geográficas ou entre cidades nas quais já existem ferrovias.

Representante do Pará no Senado Federal e conhecedor do potencial logístico do estado para o ganho de competitividade da produção brasileira, o senador Zequinha Marinho destaca que é impossível pensar o desenvolvimento econômico e social do Brasil sem se pensar num planejamento em logística e em seus modais de transporte.

Segundo o senador paraense, a importância das ferrovias vem desde os

tempos do Império. Entretanto, ela foi sendo deixada para trás, sendo substituída aos poucos pelo modal rodoviário – que, segundo o senador, tem sua importância, mas é um transporte muito mais caro, tanto para sua manutenção quanto pelo preço do peso a ser transportado.

“A gente se enche de esperança e de alegria quanto à construção deste Brasil que precisa estar preparado para transportar seus produtos de forma mais barata, eliminando o tal Custo Brasil e ganhando em competitividade”, analisa o senador que reforça a importância das ferrovias ao “tirar um grande número de caminhões das estradas, diminuir os acidentes, diminuir as mortes, reduzir os prejuízos e a poluição ambiental. Enfim, é bom sob todos os aspectos. É um futuro que sorri pela frente para todos os brasileiros”, declarou.

O Marco Legal das Ferrovias instaura o sistema de autorizações, que é menos burocrático e vai permitir o au-

mento da oferta de ferrovias e novos investimentos em infraestrutura, que podem chegar a R\$ 100 bilhões. Ao contrário das concessões, modelo praticado antes do Marco Legal, o sistema de autorizações garante liberdade de preço e o compartilhamento dos trilhos com outros operadores ferroviários. Além disso, imóveis da União poderão ser cedidos sem licitação aos autorizados, viabilizando a construção de ferrovias em áreas federais.

Para implantação de novas ferrovias ou novos pátios ferroviários, os interessados poderão pedir autorização diretamente ao agente regulador, apresentando estudo técnico, cronograma e certidões de regularidade fiscal. Quando houver delegação a estados e municípios, o regulador será ligado a essa esfera de governo. O regulador deverá analisar se a ferrovia atende à Política Nacional de Transporte Ferroviário, avaliando sua compatibilidade com as demais infraestruturas implantadas.

Ilustração Magno / Freepik

MODERNIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Permite à concessionária ferroviária federal com contrato vigente pedir a conversão para contrato de autorização se uma nova ferrovia construída a partir de outra autorização entrar em operação;

Liberdade de preço ao operador ferroviário;

Facilitação de construção de ferrovias em áreas federais;

Em caso do interesse ser do governo, o Executivo abrirá chamamento público para explorar ferrovias de passageiros ou de cargas não implantadas, em processo de devolução ou desativação ou ociosas;

Possibilidade de separação de determinados trechos já sob exploração por meio de concessões; ou por permissões, para o chamamento atribuí-los a um autorizado;

SANEAMENTO

INVESTIMENTOS NO SETOR E PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS SÃO DEBATIDOS EM EVENTO COM PREFEITURAS DO PARÁ



Diante do desafio de acabar com os mais de 3,5 mil lixões espalhados pelo país e sob o novo contexto do Marco Legal do Saneamento, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) tem rodado o Brasil apoiando e incentivando que prefeituras municipais se organizem em blocos regionais e consórcios como forma de implementar planos e ações para a destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos. No final de 2021, o evento – organizado pela Secretaria Nacional de Saneamento do MDR – chegou em Castanhal (PA), onde reuniu secretários de meio ambiente e gestores municipais das cidades da região nordeste paraense.

Esse foi o 14º evento deste tipo realizado no país. A ação no Pará contou com o apoio do senador Zequinha Marinho, que votou o Marco Legal do Saneamento no Congresso Nacional e a importância de se assegurar mais investimentos para essa área “Votamos o Marco Legal em junho do ano passado. Essa é uma ques-

Marcelo Barbosa / ComunicaçãoZequinha



tão bastante sensível e fundamental para as nossas cidades. Mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso a tratamento de esgoto. Outros 30 milhões não têm acesso à água tratada. Nesse contexto brasileiro, o Pará apresenta um dos piores índices de saneamento. Precisamos agir com urgência para dar dignidade à nossa população e foi justamente isso que nos motivou em apoiar esta ação do

MDR como forma de trazer mais investimentos nessa área”, comentou o senador.

Um levantamento feito pelo Instituto Trata Brasil a partir de dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que no Pará cerca de 330 mil residências não possuíam banheiros. Os dados coletados em 2019 indicam um aumento de mais de 15% em relação ao ano anterior de 2018.

SITUAÇÃO DO SANEAMENTO NO PARÁ



328.276

mil residências sem banheiros



3.9 MILHÕES

de paraenses sem acesso à água tratada

Representa **56,4%**
do total da população



6,6 MILHÕES

paraenses sem coleta de esgoto

Representa **94,2%**
do total da população

Fonte: Instituto Trata Brasil, IBGE/2019

EMENDAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E MAIS VACINAS CONTRA COVID-19

Foram apresentadas pelo senador Zequinha Marinho cinco emendas ao texto do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 3/2021) que estabelece quais serão as metas e prioridades para 2022. Das propostas do senador, três são individuais e duas de comissão. Todas as emendas buscam suprir carências da população brasileira, em especial dos paraenses. Dentre as propostas defendidas, o senador recomenda o acréscimo de meta para a promoção de atividades específicas de regularização fundiária urbana. A iniciativa pretende reforçar as ações de monitoramento e avaliação da política nacional de regularização fundiária urbana, em especial do Pará e da região metropolitana de Belém.

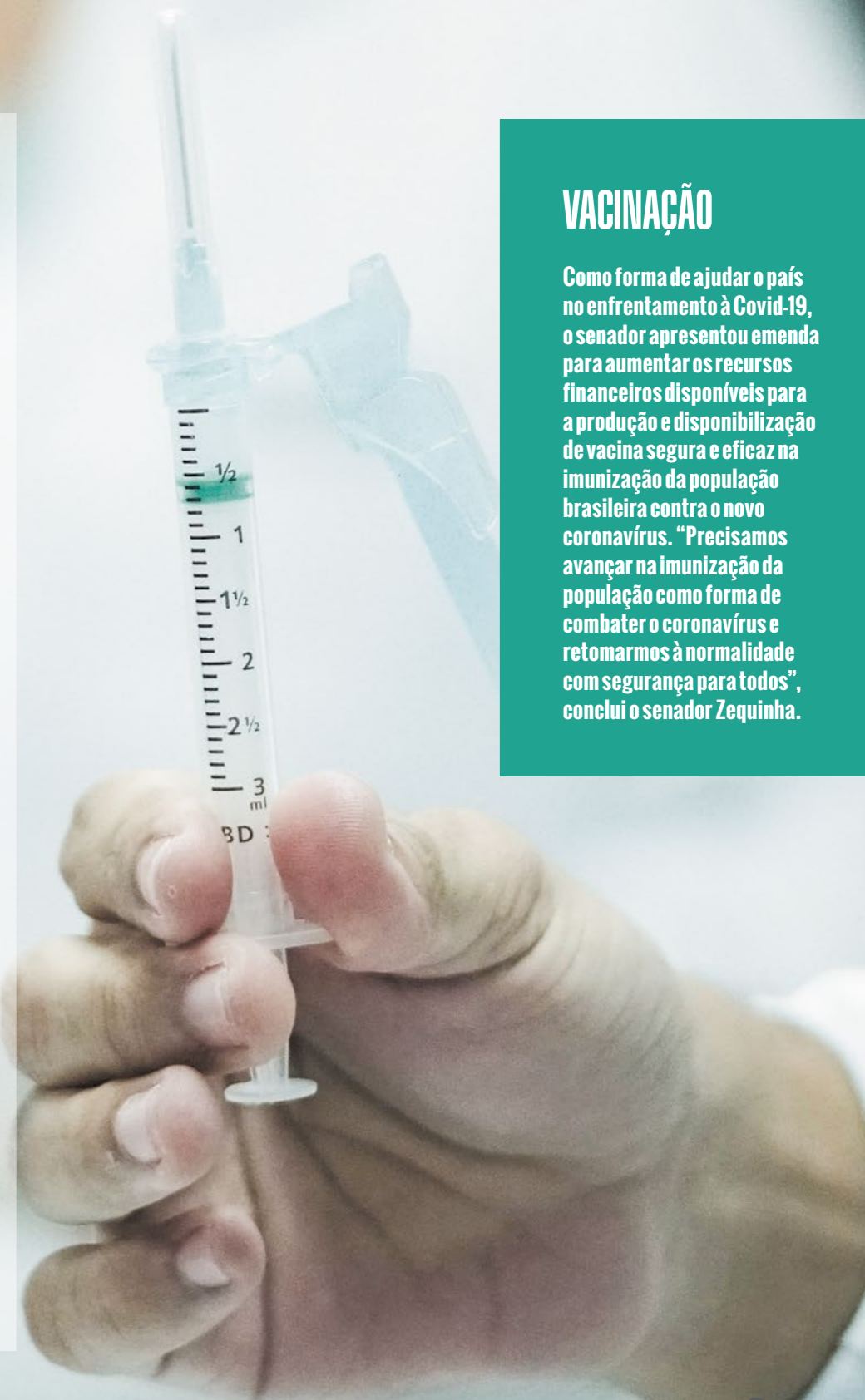
De acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 450 mil residências paraenses encontram-se em lugares irregulares. Dentre as capitais brasileiras, Belém é a que possui o maior número proporcional de habitações em áreas consideradas favelas. Do total de residências, 55,49% foram erguidas em terrenos irregulares.

“Ao apresentar essa emenda, estou buscando meios para que o nosso povo conte com uma moradia mais digna. É papel deste Congresso traçar um orçamento viável e que possibilite as ações de regularização fundiária das nossas áreas urbanas”, comentou o senador Zequinha Marinho.

O líder da bancada paraense no Congresso Nacional também é autor de emenda que visa possibilitar aos proprietários rurais a aquisição de áreas já habitadas por meio da regularização dos imóveis.

VACINAÇÃO

Como forma de ajudar o país no enfrentamento à Covid-19, o senador apresentou emenda para aumentar os recursos financeiros disponíveis para a produção e disponibilização de vacina segura e eficaz na imunização da população brasileira contra o novo coronavírus. “Precisamos avançar na imunização da população como forma de combater o coronavírus e retomarmos à normalidade com segurança para todos”, conclui o senador Zequinha.





Wenderson Araújo / TRILUX

PARA EVITAR DESABASTECIMENTO DE ALIMENTOS, SENADO DEFENDE PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES

Edilson Rodrigues / Agência Senado



Vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o senador Zequinha Marinho foi o responsável em promover, no Senado Federal, audiências públicas com o setor do agro, governo federal e entidades de classe para discutir a ameaça da falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022. Os debates foram realizados na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e trataram do possível desabastecimento de fertilizantes e herbicidas, fundamentais para a agropecuária brasileira, sobretudo para a produção de grãos.

Como resultado desses debates, o tema reacendeu a necessidade de um Plano Nacional de Fertilizantes (PAF). Coordenado pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o plano dará ao governo federal a possibilidade de reduzir a dependência externa e ampliar a competitividade do agro brasileiro no mercado internacional. A ideia é que o documento traga um diagnóstico sobre a oferta de fertilizantes no Brasil.

Para o senador Zequinha Marinho é muito importante que o governo federal avance com o PAF, impedindo que o Brasil permaneça refém de política externa e das sanções comerciais para a importação dos insumos. “Um

país com a agricultura e pecuária com a envergadura que temos não pode ficar nessa dependência. Devemos mirar na autossuficiência da produção”, avalia o senador.

Presidente da CRA, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) compartilha da preocupação de Zequinha e entende ser indispensável definir uma série de estratégias para deter o aumento dos custos de produção e o preço do alimento nos supermercados. O senador ainda salientou a dependência brasileira em relação aos fertilizantes produzidos no exterior. “O aumento é drástico a cada dia e o maior prejudicado é o povo brasileiro. Enquanto nós dependermos quase exclusivamente de outros países, esse será um grande problema para o nosso progresso”, comenta o senador.

A Associação Nacional para a Difusão de Adubos (Anda) tem chamado a atenção para a alta dependência do Brasil em relação aos insumos importados. Em 2020, o país importou 40,6 milhões de toneladas de fertilizantes, 11,9% acima de 2019. Na contramão, a fabricação nacional caiu 10% e fechou em 6,4 milhões de toneladas, sendo que desse total 584 mil toneladas foram exportadas, representando um aumento de 109,6% em relação a 2019.

PRODUÇÃO NACIONAL

Em abril de 2021, três projetos do setor de mineração foram qualificados no Programa de Parceiras de Investimentos (PPI) “para fins de execução por meio de contratos de parceria com a iniciativa privada”. A iniciativa é uma tentativa de reforçar a Política Pró-Minerários Estratégicos do governo federal e que tem o objetivo de identificar projetos de exploração de minerais utilizados como insumos para a produção agrícola, como é o caso do nitrogênio, fósforo e potássio.

Os projetos incluídos no PPI são ativos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Dois ficam no Pará: Gipsita do Rio Cupari e Calcário de Aveiro. O primeiro, localizado no Rio Cupari, tem sua capacidade produtiva estimada em 534 milhões de toneladas de gipsita. Já no relatório final do projeto de Aveiro, aponta-se a presença de 560 milhões de toneladas do mineral que serve como corretivo agrícola.

Com o PAF, espera-se que os projetos já identificados possam ser leiloados à iniciativa privada, fortalecendo a produção nacional de insumos.

PROJETO DO SENADOR ZEQUINHA GARANTE GRATUIDADE A IDOSOS EM ÔNIBUS DE TODAS AS CATEGORIAS

Foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o projeto (PL 2.311/2019) do senador Zequinha Marinho que garante o direito dos idosos a passagens gratuitas ou descontadas em qualquer categoria de veículos de transporte rodoviário interestadual. A matéria modifica o Estatuto do Idoso ao estender a gratuidade para ônibus do tipo executivo, semi leito e leito.

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) já previa o benefício para os veículos do tipo básico, con-

tudo, a gratuidade e o desconto de 50% no valor das passagens para os idosos não eram assegurados para outras categorias como os ônibus tipo leito. “Esse direito que o legislador assegurou ao instituir o Estatuto do Idoso estava sendo suprimido uma vez que muitas empresas oferecem serviços unicamente em veículos de categorias especiais. Isso precisava ser ajustado na lei, e este é o objetivo deste projeto. Precisamos assegurar um direito que já é dos idosos”, defendeu o senador Zequinha Marinho.

Em seu parecer, o relator do projeto na CDH, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), destacou que o projeto pretende reparar falhas no decreto que regulamentou o Estatuto do Idoso. Se-

gundo o relator, o decreto deu lugar “à perpetuação de relações desiguais que a norma tinha justamente a finalidade de erradicar. A proposição em exame não é senão mais um gesto de identificação de relação social que permanecia desigual e de sua retificação”, justificou.

O relatório aprovado na CDH ajusta o Estatuto do Idoso para que as pessoas idosas com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos possam usufruir do direito à gratuidade nos ônibus interestaduais, sejam os do tipo básico ou especial. A matéria foi encaminhada para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. Se aprovado, o projeto seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

INOVAÇÃO

PROJETO POSSIBILITA FUNDOS CONSTITUCIONAIS FINANCIAREM AÇÕES INOVADORAS.

Marcelo Barbosa / ComunicaçãoZequinha



De autoria do senador Zequinha Marinho, será analisado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o projeto (PL 5.451/2019) que permite o financiamento em pesquisa, desenvolvimento e inovações de produtos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). De acordo com o autor do projeto, o objetivo é incentivar a inovação e fortalecer a produção nas regiões beneficiadas.

Para o senador Zequinha Marinho, os fundos são importantes mecanismos de estímulo ao desenvolvimento das regiões beneficiadas. Ele, no entanto, chama atenção para “uma lacuna na legislação que

regula os fundos constitucionais, dificultando a utilização de seus recursos para viabilizar investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos, impedindo que maiores avanços ocorram no processo produtivo nas regiões beneficiadas”, explica o autor do projeto.

De acordo com o setor do agronegócio, a medida promove um desenvolvimento sustentável, garantindo sustentabilidade à atividade produtiva. Para entidades como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o agro carece de fontes perenes de financiamento da produção, bem como de apoio financeiro a projetos que fomentem o desenvolvimento, promovam a inovação tecnológica e estimulem a produção.

Em seu parecer favorável ao projeto, o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) destaca que a iniciativa é de “vital importância para a modernização dos Fundos Constitucionais e para o aumento da capacidade de estes promoverem de maneira mais efetiva o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, avalia o relator que justifica que “a sustentabilidade do desenvolvimento também depende da permanente e contínua incorporação de inovações tecnológicas aos processos produtivos. Por isso, já passou da hora de os Fundos Constitucionais incorporarem a promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação como um de seus principais objetivos”, destaca o senador Vanderlan.



MAIS R\$ 136 MILHÕES NO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA OBRAS NO PARÁ

Alberto Ruy / Minfra

Líder da bancada do Pará no Congresso Nacional, o senador Zequinha Marinho garantiu mais recursos do Orçamento da União de 2022 para obras no estado. Por meio de articulação direta com o relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), deputado Hugo Leal (PSD-RJ), o senador conseguiu uma suplementação de R\$ 136 milhões para execução de quatro obras fundamentais para o desenvolvimento do estado.

Dos recursos garantidos pelo senador Zequinha, R\$ 50 milhões serão destinados para dar continuidade aos contratos das pontes, iniciar a ponte sobre o rio Xingu e executar 20km de pavimentação na BR-230/PA, no trecho da divisa entre o Pará e o estado do Tocantins.

Outros R\$ 40 milhões estão reservados no Orçamento para a pavimentação da BR-163/PA. Pela programação, serão executados 20km de asfalto no trecho da divisa entre o Pará e o Mato Grosso. “Tanto a Transamazônica (BR-230) quanto a BR-163 são consideradas as duas principais vias de escoamento

É sempre importante esse trabalho de articulação junto ao governo federal como forma de garantir a execução de obras que promovam o desenvolvimento do estado e da região.

Senador Zequinha Marinho

da produção de grãos do Pará e da região Centro Oeste. Ademais, essas rodovias fazem a integração das regiões paraenses e os recursos garantidos permitirão que o DNIT faça as intervenções necessárias para evitar que problemas ocorridos no passado, como os atoleiros em razão do inverno amazônico, voltem a acontecer novamente”, explicou o senador Zequinha.

Outra rodovia que conquistou recursos adicionais no orçamento geral da União foi a BR-316. A articulação do senador Zequinha junto ao relator garantiu R\$ 23 milhões para as obras de adequação do trecho rodoviário que vai de Castanhal até o município de Santa Maria do Pará. Nesse trecho, a rodovia será duplicada e o recurso irá assegurar a pavimentação de 20km de asfalto na nova pista duplicada.

Outros R\$ 23 milhões serão reservados no orçamento para a construção do trecho rodoviário da BR-308/PA, de Viseu a Bragança. O recurso previsto permitirá a execução de 10km de pavimentação da via.

“As demandas do Pará são múltiplas e urgentes. É sempre importante esse trabalho de articulação junto ao governo federal como forma de garantir a execução de obras que promovam o desenvolvimento do estado e da região. De minha parte, estarei sempre em busca de ações que beneficiem diretamente a população paraense”, reforça Zequinha.

MANEJAÍ

AÇÕES DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO CAPACITAM PRODUTORES DE AÇAÍ NO PARÁ

Marcos Santos / Agência Pará



A comunidade do Laranjal, no município de Cametá (PA), abrigou uma das etapas do Projeto MANEJAÍ – financiado a partir de emenda parlamentar do senador Zequinha Marinho destinada à Embrapa. A iniciativa visa “a socialização de tecnologias para o fortalecimento de cadeias produtivas baseadas na biodiversidade” e proporcionou, na ação, a condução da capacitação de extrativistas para o manejo sustentável por meio de uma equipe da Embrapa em conjunto com parceiros.

O projeto em questão inclui capacitações de agentes multiplicadores em tecnologias para produção de açaí, como o manejo de mínimo impacto de açaí-

zais nativos, o cultivo do açaí BRS Pai d’Égua, meliponicultura, fossa séptica biodigestora e clorador Embrapa. Os extrativistas também são capacitados para a utilização do manejo de mínimo impacto em suas áreas de açaizais nativos, visando o aumento da produtividade com conservação da biodiversidade, além de proporcionar uma maior segurança e um menor esforço do produtor na condução de sua área produtiva.

Também foram habilitados lideranças e técnicos que residem na comunidade, para atuarem como facilitadores na socialização das tecnologias sustentáveis a partir de treinamentos organizados e conduzidos por

esses grupos, para os demais moradores do Laranjal e de comunidades vizinhas. Os novos facilitadores receberam a mochila do facilitador, composta por publicações e ferramentas para a condução da prática de manejo durante as futuras oficinas.

Além dos propósitos já citados, o MANEJAÍ objetiva adequar espaço para uma unidade de capacitação em Belém, na sede da Embrapa Amazônia Oriental, e de uma unidade de apoio para pesquisa e transferência de tecnologia, no Campo Experimental da Embrapa em Salvaterra. Outras capacitações também deverão acontecer em Belém, Abaetetuba, Acará, Portel, Melgaço e Breves.

RENDA BÁSICA VIRA DIREITO SOCIAL

Foi aprovada pelo Senado Federal a PEC 29/2020, que inclui a renda básica como direito social. A proposição insere no rol dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal a renda mínima para todo brasileiro em situação de vulnerabilidade. Líder do PSC no Senado Federal, o senador Zequinha Marinho apoia a medida e defende a transformação de programas de transferência de renda em política de Estado.

“Nasce uma legislação, aqui no Senado, transformando tudo isso numa política de Estado”, comenta o senador que destaca a iniciativa do governo Bolsonaro em aumentar o valor do benefício pago pelo Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família. “A gente vive num país onde se tem muita dificuldade com uma grande camada da sociedade. Problema financeiro, econômico, dificuldade imensa. E depois de uma pandemia dessa que a economia foi lá para baixo, nada melhor que oferecer uma oportunidade mais digna de sobrevivência a essa população”, defende o senador.

O avanço da política de transferência de renda tem sido uma tônica do governo Bolsonaro. Somente no Pará, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE, a proporção dos municípios com famílias que recebem benefícios de programas sociais cresceu significativamente, saindo de 0,4% para 33,7% na passagem de 2019 para 2020.

Efetivamente, a PEC acrescenta parágrafo ao artigo 6º da Constituição, determinando assim que todo brasileiro em situação de vulnerabilidade de renda terá direito a uma renda básica, garantida pelo Poder Público. Atualmente, são previstos na Constituição Federal, como direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. Desde 2001, a transferência de renda é realizada por meio de programas federais, como foi o caso do Bolsa-Escola. Porém a renda básica nunca foi considerada e nem assegurada pela Constituição como um direito social.

A PEC apresenta ainda como inovação a inclusão das despesas relativas à renda básica no artigo 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata dos limites individualizados para as despesas primárias. Com essa alteração, o Senado garante os recursos no Orçamento para o pagamento desse tipo de auxílio.

Depois de uma pandemia dessa, que a economia foi lá para baixo, nada melhor que oferecer uma oportunidade mais digna de sobrevivência a essa população.

Senador Zequinha Marinho.



SENADOR ZEQUINHA MARINHO INDICA R\$ 300 MILHÕES PARA APOIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Jefferson Rudy / Agência Senado



A promoção do desenvolvimento das micro e pequenas empresas (MPEs) recebeu indicação de emenda no valor de R\$ 300 milhões do senador Zequinha Marinho e outros oito senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. O colegiado aprovou quatro emendas de comissão para serem inseridas no Orçamento de 2022, dentre elas a ação voltada às MPEs.

O senador Zequinha destaca a importância das MPEs para a economia do seu estado. “Tomando por base o mês de agosto de 2021, verifica-se que foram gerados 8.757 novos postos de emprego. Desse total, 74% vieram das micro e pequenas empresas, o que mostra a relevância deste setor e seu papel fundamental

para o fortalecimento da nossa economia. Incentivar as MPEs é garantir a geração de mais renda e empregos”, ressalta o senador.

Os dados aos quais o senador Zequinha se refere foram divulgados recentemente pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e compilados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). De janeiro a agosto, as MPEs abriram 41.351 novas vagas de trabalho. Já as médias e grandes empresas criaram, nesse período, 12.336 vagas.

A emenda apresentada pelo senador e aprovada na CAE atende ainda ao microempreendedor individual, potencial empreendedor e artesãos.

SAÚDE

Além da emenda na CAE, o senador Zequinha teve duas emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no valor total de R\$ 210 milhões. A primeira delas prevê a estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social e é apoiada por outros 19 senadores. Para esta ação foi indicado o valor de R\$ 90 milhões. Já a estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde prevê um valor de R\$ 120 milhões e recebeu o apoio de 12 senadores da CAS. Ambas as indicações foram aprovadas pela Comissão e serão encaminhadas ao relator do Orçamento 2022, para sua apreciação e inclusão no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

PROJETO PREVÊ LICENÇA AOS AVÓS EM CASO DO BEBÊ SEM REGISTRO PATERNO



Em breve os senadores deverão votar o projeto de lei que permite aos avós maternos ausentarem-se do trabalho por cinco dias consecutivos, sem prejuízo do salário em caso de nascimento do neto cujo nome do pai não tenha sido declarado (PLC 57/2018). Relator da proposta, o senador Zequinha Marinho explica que a alteração na legislação vigente possibilita que os avós possam auxiliar sua filha em momento de grandes dificuldades pessoais.

“Em um mundo ideal, a paternidade seria sempre exercida de forma responsável e uma disposição legal desse tipo não seria necessária. Como a legislação se faz para o mundo real e não o ideal, consideramos justo e adequado o reconhecimento legal de que a mãe recente e o recém-nascido recebam o apoio familiar nesses primeiros dias de vida”, avalia o senador.

Além de alterar o artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para criar a possibilidade de ausência do

trabalho dos avós maternos pelo período de cinco dias, o projeto relatado pelo senador Zequinha prevê o afastamento do serviço às doadoras de leite materno.

Para Zequinha, o projeto cria um incentivo à solidariedade e à participação social. “Trata-se do reconhecimento da ação social promovida pela lactante que, dispondo de excesso de leite, faz a doação solidária desse excedente para a alimentação de criança que, por qualquer motivo, não possui acesso natural ao leite materno”, ressalta.

De autoria do deputado federal Lucas Vergílio (Solidariedade/GO), o projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados. No Senado, passou pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na qual recebeu o parecer favorável do senador Zequinha Marinho. Aguarda agora apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para seguir ao plenário do Senado Federal. Se aprovado, o projeto será encaminhado ao presidente Jair Bolsonaro, para sanção.



SENADOR ZEQUINHA E DEMAIS CONGRESSISTAS DERRUBAM VETO E RESGATAM DIREITO DAS IGREJAS

O Congresso Nacional derrubou o Veto 48, que dispunha sobre as regras para o pagamento com desconto de precatórios federais e acordo de litígio contra a Fazenda Pública, bem como sobre a destinação dos recursos oriundos destes pagamentos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública.

Esse veto retirava das igrejas o benefício de imunidade tributária, previsto na Constituição Federal e sujeitava os templos a interpretações equivocadas da legislação. Com a derrubada do veto, foi garantida imunidade tributária aos templos religiosos e a anistia das multas por não ter pago a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

O senador Zequinha Marinho de-

“ESSA É UMA GRANDE VITÓRIA QUE BENEFICIA A TODOS OS TEMPLOS DE TODAS AS RELIGIÕES.”

Senador Zequinha Marinho

fendeu a derrubada por entender que a CSLL não se aplica às igrejas que, diferente das atividades econômicas, não visam lucro. As igrejas apenas administram valores de dízimos e ofertas entregues para custear a manutenção de suas atividades essenciais, portanto, não há que se falar em ocorrência de fato gerador nem em incidência do referido tributo. “Essa é uma grande vitória que beneficia a todos os templos de todas as religiões”, ressaltou o senador Zequinha Marinho.

Vale lembrar que, para a rejeição ou derrubada de um veto, faz-se necessária a maioria absoluta de votos de deputados federais, 257 votos, e de senadores, 41 votos. Caso não atinja esse número, o veto é mantido.



SENADOR ZEQUINHA MARINHO BUSCA INVESTIMENTOS E DESTACA O POTENCIAL DO PARÁ NA EXPO MARAJÓ, EM DUBAI



Alina El Assadi / ApexBrasil

A convite da ministra Damares Alves, da pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o senador Zequinha Marinho participou, no final do ano passado, da Expo Marajó, destaque da Expo Dubai – edição da feira Exposição Universal – evento itinerante que reúne diversos setores e países e abrange múltiplos temas.

Na abertura da Exposição, em sua fala, Zequinha ressaltou fatores paraenses positivos que facilitam cada vez mais o investimento no estado do Pará: “situação fiscal e econômica positiva, segurança jurídica e melhor colocação na avaliação de risco para investimentos entre os estados brasileiros colocaram o Pará em 4º lugar na lista dos estados com melhor desempenho econômico”.

A posição geográfica estratégica e privilegiada não foi esquecida e também mencionada pelo senador: “Sua localização estratégica, na porta de entrada da Amazônia, torna o estado logisticamente competitivo, tanto pela infraestrutura interna de qualidade, quanto pela proximidade com os mais dinâmicos mercados internacionais”, ressaltou Zequinha.

Sua localização estratégica, na porta de entrada da Amazônia, torna o estado logisticamente competitivo, tanto pela infraestrutura interna de qualidade, quanto pela proximidade com os mais dinâmicos mercados internacionais.

Senador Zequinha Marinho.

Outro ponto destacado pelo parlamentar foi a diversidade das cadeias produtivas da região e as atuais iniciativas de melhoria por meio de medidas públicas. “Com um trabalho direcionado para a melhoria do ambiente de negócios, iniciativas públicas têm fomentado a diversificação e agregação de valor às cadeias produtivas do estado, tais como a verticalização mineral, agropecuária: pecuária sustentável (bovino e bubalino), avicultura e aquicultura, grãos, açaí, cacau, dendê, entre outros”, mencionou o senador.

Sobre o tema principal da Expo Marajó, o arquipélago paraense, o senador Zequinha enfatizou: “Nada mais justo do que ter o Governo Federal olhando para um lugar tão especial como é o arquipélago do Marajó. O governo está fazendo grandes investimentos na região, por isso minha gratidão.”

A Expo Dubai ocorre entre 1o de outubro de 2021 e 31 de março de 2022, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos e busca atrair milhões de visitantes de todas as partes, com o intuito de explorar inovações, ideias, avanços científicos e tecnológicos, bem como investimentos. Nessa versão apresenta três eixos temáticos: Oportunidade, Mobilidade e Sustentabilidade.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO

TERCEIRO ANO DO MANDATO

Nessa linha do tempo, destacamos algumas das principais agendas assumidas pelo senador como forma de defender o Pará e garantir melhores condições de vida aos paraenses.

Em audiência com o ministro do Desenvolvimento Regional para garantir a execução de obras no Pará.



No Ministério do Meio Ambiente, tratando de assuntos do setor florestal.

Foto Presidência da República



Reunião com o presidente Bolsonaro.

Marcelo Barbosa



Primeira dose da vacina.

Marcelo Barbosa



Em evento do Programa Abrace o Marajó.

Foto MDR



Marcelo Barbosa



Reunião FIEPA.



Sessão especial presidida pelo senador em comemoração aos 75 anos de O Liberal.

JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ



Posse FPA.

Waldemir Barreto / Agência Senado



Sessão Deliberativa Remota do Senado, votação do PL que cria o programa de atenção aos problemas de saúde mental.

Marcelo Barbosa



110 anos da Assembleia de Deus.

Marcelo Barbosa



Evento da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil - CGADB.

Título de Cidadão de Salinas.

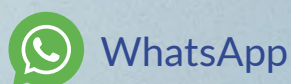
Foto MEC



Com o ministro do MEC, tratando de novos cursos de graduação no estado.

QUER RECEBER INFORMAÇÕES DO MANDATO DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO?

Faça parte da nossa lista de transmissão no WhatsApp e do nosso canal do Telegram.



WhatsApp

1

Adicione este número aos seus contatos (61) 99881-0020

2

Envie um mensagem dizendo: " Oi, eu quero fazer parte da lista de transmissão. Meu nome é (seu nome).



Telegram

1

Inscreva-se em nosso canal: t.me/ZequinhaMarinhoOficial

Também estamos nos seguintes canais:



zequinhamarinho.com.br



[/zequinhamarinhooficial](https://www.facebook.com/zequinhamarinhooficial)



[@zequinhamarinhooficial](https://www.instagram.com/zequinhamarinhooficial)



[@zequinhamarinho](https://twitter.com/zequinhamarinho)



[/ZequinhaMarinhosenador](https://www.youtube.com/ZequinhaMarinhosenador)

SENADOR
ZEQUINHA
MARINHO